

Liminares e licenças ainda atrasam Belo Monte um ano após inauguração

ENERGIA ELÉTRICA

Jéssica Kruckenfellner

São Paulo

jessica.moraes@dci.com.br

● Pouco mais de um ano após a inauguração da usina de Belo Monte e longe de entregar sua capacidade total, a obra continua atrasada por problemas de licenciamento e judicial.

Segundo especialistas ouvidos pelo DCI, a insegurança regulatória é o principal entrave para o projeto, que entrou em operação em 2016 com apenas uma turbina e mais de um ano de atraso ante o cronograma original.

"As regras muitas vezes não são claras ou acabam interpretadas de maneiras diferentes pelos órgãos", afirma o sócio do escritório Emerenciano, Baggio e Associados, Robertson Emerenciano, que participou do leilão da usina.

A insegurança, observa ele, começa antes mesmo do leilão, com poucas informações disponíveis para a formulação das propostas de projeto. No caso de Belo Monte, cujo estudo ambiental começou em 2007 e o leilão ocorreu em 2010, os problemas regulatórios persistem.

"Recentemente tivemos a liminar de suspensão em Belo Monte, cujo efeito prático é, além de causar atrasos e sobreposição de custos na obra, gerar insegurança para o investidor", destaca ele.

A licença de operação da usina está suspensa desde 6 de abril por uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1 Região (TRF-1). O entendimento foi de que o consórcio Norte Energia, responsável pela usina, não cumpriu todas as condicionantes ambientais previstas pelo Instituto Brasileiro do Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em 2015, incluindo a ligação dos domicílios à rede de esgoto.

Com a decisão do TRF-1, o reservatório de Belo Monte não pode ser formado até que o saneamento básico de Altamira (PA), onde fica a hidrelétrica, seja concluído.

O consórcio Norte Energia, responsável pela usina informa, no site, que receberá até 30 de junho aval dos responsáveis por imóveis no perímetro urbano da cidade para as ligações domiciliares de esgoto às redes de saneamento.

Procurado pela reportagem desde a semana passada, o consórcio não retornou.

O sócio do escritório LVA Advogados, Rodrigo Leite, acrescenta que, apesar da liminar do TRF-1, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)

não suspendeu a operação comercial de Belo Monte.

O órgão regulador liberou em abril, mesmo após a decisão do Tribunal, a entrada em operação da décima primeira turbina e a quinta unidade geradora de Belo Monte.

A agência reguladora informou, por e-mail, que "há uma liminar obtida pela Aneel que não foi julgada ainda e garante o funcionamento da usina".

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, observa um impacto dos entraves na matriz energética do País. "Essa insegurança se traduz num aumento do risco dos empreendimentos e isso tudo acaba incorporado no custos dos investimentos e afeta a competitividade do País", cita.

A continuidade do projeto, mesmo em meio aos impasses regulatórios, é defendida por

Robertson Emerenciano. "Para tentar reduzir os riscos jurídicos em grandes projetos de infraestrutura como esse, uma das soluções é blindar os empreendimentos de paradas quando algum questionamento surge, assim o cronograma não é prejudicado", diz ele.

Facilitar o processo de licenciamento ambiental, sugestão já indicada por outros especialistas em infraestrutura, também foi citada pelo advogado. Mas o projeto em andamento que propõe essa 'simplificação' ainda recebe críticas.

Complexidade

"Enquanto alguns defendem a simplificação, outros dizem que isso pode excluir muitos fatores importantes das análises prévias. Mas críticas à parte, o importante mesmo é termos uma legislação de âmbito

nacional que trate desse tema. Porque hoje esses entraves acontecem em função de cada órgão, em diferentes esferas, ter regras próprias e que não conversam entre si", avalia.

Para o diretor de óleo e gás da consultoria KPMG, Andre Donha, um dos caminhos possíveis para tentar destravar grandes projetos como o de Belo Monte é a iniciativa privada aprimorar suas áreas de relacionamento institucional, já que é necessário o entendimento de diferentes entidades e esferas para o andamento das obras no País.

"A má gestão desse relacionamento também afeta essas obras. Vi um projeto na área de mineração que, com a entrada de um novo controlador, a obra travada há muito tempo passou a caminhar com a melhora desse relacionamento com os agentes", exemplifica.

Mas o advogado do Emerenciano, Baggio e Associados ressalta que, para evitar problemas legais com a agenda de relacionamento institucional, o setor privado ainda depende da iniciativa pública para a regulamentação do lobby.

"O lobby sempre existe e não vai desaparecer, o que se precisa fazer, como em outros países, é regulamentar isso para que tudo fique mais transparente e não deixe abertura para a corrupção", defende ele.

Donha, da KPMG, lembra ainda que, em grandes obras como Belo Monte, é comum que os órgãos de diferentes esferas façam exigências no andamento da obra, colocando os investidores em situação difícil e elevando os custos acima do previsto inicialmente.

"Estimamos que de 1% a 5% do investimento total de um projeto de infraestrutura para atender as questões de licenciamento. Mas muitas vezes isso custa até 7% disso, algo que pode ser evitado", diz Donha.



Vista parcial da hidrelétrica que está sendo contruída na bacia do Rio Xingu, na região de Altamira (PA)